

Educação

Reajuste escolar não pode ser superior a 206%, diz Bresser

AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, negou ontem que os estabelecimentos de ensino particulares estejam autorizados a incorporar aos valores de suas semestralidades os 35% concedidos pelo MEC no início deste ano. O reajuste das parcelas correspondentes ao segundo semestre de 1987 deve ser mesmo de 206% sobre o que foi pago nos últimos seis meses de 1986. Esse percentual, segundo Bresser, já inclui o aumento autorizado anteriormente pelo MEC.

A informação foi dada em resposta a uma consulta feita no final da tarde pelo secretário da Defesa do Consumidor, Paulo Salvador Frontini. A questão havia sido levantada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp). De acordo com o presidente daquela entidade, José Aurélio Camargo, a semestralidade deve ser 313% maior que a cobrada no segundo semestre de 1986, acrescentando-se assim os 35% concedidos pelo MEC ao percentual autorizado pelo Ministério da Fazenda.

Após a audiência com o ministro Bresser Pereira, Camargo disse que a resposta à sua consulta foi dada rapidamente, já que não havia motivo para dúvida. De acordo com o comício entregue por Camargo ao ministro da Fazenda, a posição "inusitada" assumida pelo Sieeesp pode causar

"perversos efeitos" à estabilidade de preços.

NA BAHIA

O Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Educação da Bahia fixou, ontem, em 96% o reajuste da semestralidade escolar da rede particular de ensino para o primeiro semestre deste ano. A medida revoga a portaria do CEE do governo passado, aprovada em março, que estipulou um aumento de 155% para a primeira semestralidade de 1987.

Há cinco meses as associações de pais vêm lutando em Salvador contra as escolas e a grande maioria deixou de pagar as mensalidades. Cerca de 25 associações recorreram à Justiça e obtiveram liminar contra o pagamento dos 155%. Com a eleição do governador Waldir Pires os membros do Conselho Estadual de Educação foram substituídos. Ontem, em meio à grande expectativa dos pais de alunos, o aumento anterior foi revogado.

Durante uma assembléia realizada anteontem à noite em Salvador, a coordenação das associações de pais divulgou cópia de um documento, em papel timbrado da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — Fenen, denunciando a estratégia de lobby dos proprietários de escolas particulares na Constituinte. O documento explica detalhadamente como as escolas estão pressionando parlamentares para a aprovação de propostas de interesse da Fenen.